

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LARISSA NAIARA DE OLIVEIRA

PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PESQUISA DE ANÁLISE
DOCUMENTAL ENTRE DOIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL

CURITIBA

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LARISSA NAIARA DE OLIVEIRA

**PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PESQUISA DE ANÁLISE
DOCUMENTAL ENTRE DOIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL**

Projeto de trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Pedagogia, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para obtenção do título de Pedagoga.

Orientação: Prof. Dra. Leziany Silveira Daniel

CURITIBA

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente minha orientadora, por todo o acolhimento e apoio para a realização deste trabalho de conclusão de curso. Por conta da pandemia da covid-19, as supervisões e todo o processo de construção do trabalho foram feitos de forma remota, e mesmo dessa forma ela se fez presente e disponível a todo momento. Sua dedicação e todo seu envolvimento me auxiliaram a chegar nessa etapa final do curso.

Agradeço a minha família por todo o apoio, e ao meus pais que apesar das dificuldades sempre fizeram de tudo para que eu conseguisse seguir com os estudos, a conclusão dessa etapa é uma realização para todos nós.

Agradeço também em especial ao meu avô, que faleceu no final do ano de 2016 (final do primeiro ano do curso), foi muito difícil superar essa perda e seguir em frente, porém, sou extremamente grata por todos os valores que me ensinou e sei que aonde estiver estará orgulhoso.

Sou muito grata pelo meu marido Maicon por todo o apoio, carinho e compreensão e pela família linda que construímos esse ano, com nossas três cachorrinhas (Rebeca, Rita e Ruth), vocês são muito especiais para mim e fazem parte de todo esse processo.

E agradeço minhas amigas Andressa e Jhuly, que sorte a minha em ter encontrado pessoas como vocês fico muito feliz em ter construído essa amizade durante o curso. Obrigada por todas as conversas e compartilhamentos e ajuda durante esses anos, vocês são incríveis. E Jhuly, além de amigas de curso você me deu a honra de ser madrinha de sua pequena, vocês são demais e muito importantes para mim.

Agradeço também minha amiga Suély, por todos esses dez anos de amizade. Amiga obrigada por todas as conversas e conselhos, e por sempre estar torcendo por mim.

A todos que contribuíram de alguma forma a construção e o desenvolvimento desse trabalho meu muito obrigada. Cada um de vocês têm um lugar muito especial em meu coração.

“Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra.”

Anísio Teixeira

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso visou compreender a importância do Planejamento na Educação Infantil. Desse modo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com base nos documentos produzidos das cidades de Curitiba e Florianópolis. Estes documentos são fundamentais para orientar e delinear as práticas pedagógicas desenvolvidas nas cidades. O trabalho se organizou em três capítulos, o primeiro traz um breve referencial histórico a respeito da Educação Infantil e sua concepção como primeira etapa da Educação Básica. E o segundo traz como eixo a reflexão do processo de Documentação Pedagógica e a Abordagem de Reggio Emilia, viabilizando as contribuições para o processo de ensino-aprendizagem e planejamento escolar. O terceiro capítulo, realizou-se a fundamentação teórica sobre os documentos das cidades de Curitiba e Florianópolis e o processo de análise. Por fim compreende-se que ambas as cidades consideram a importância do planejamento na Educação Infantil para a construção de uma aprendizagem significativa.

Palavras-Chave: Planejamento; Educação Infantil; Documentação Pedagógica;

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 — CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

QUADRO 02 — DOCUMENTOS REGIONAIS UTILIZADOS PARA ANÁLISE.

LISTA DE SIGLAS

BNCC — Base Nacional Comum Curricular

COVID — Corona Vírus

DCN — Diretrizes Curriculares Nacionais

EAD — Ensino á Distância

LDB — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SEP — Semana de Estudos Pedagógicos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. CONSTRUÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO BRASIL	14
3. A ABORDAGEM REGGIO EMILIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	19
4. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS REGIONAIS: O PLANEJAMENTO EM EVIDÊNCIA	24
4.1 EXPLICANDO A METODOLOGIA	24
4.2 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS	26
4.3 IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO	27
4.4 PAPEL DAS CRIANÇAS	33
4.5 PAPEL DA FAMÍLIA	35
4.6 PAPEL DO PROFESSOR	40
4.7 PAPEL DO PEDAGOGO	43
4.8 ABORDAGEM REGGIO EMILIA	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
6 DOCUMENTOS ANALISADOS	50
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

1. INTRODUÇÃO

No decorrer da minha trajetória acadêmica sempre me encantei com as complexidades que norteiam as práticas pedagógicas, vinculadas ao trabalho do professor que se coloca em estado de reflexão para preparar/planejar estratégias de ensino que promovam uma aprendizagem significativa.

Com os estágios tanto na Educação Infantil como na Educação de Jovens e Adultos realizados no ano de 2019, tive a oportunidade de vivenciar e planejar de fato propostas de intervenção para realizar com os educandos. E esse exercício me fez refletir como o ato de planejar é indispensável no processo educativo e a partir dessas vivências o tema escolhido para articular este projeto foi: “O planejamento na Educação Infantil”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL,2010) afirmam que as propostas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da instituição desta modalidade devem articular experiências e vivências que explorem diversas linguagens, ampliando os aspectos culturais. Assim, o professor assume papel de mediador nas novas aprendizagens.

Antes de qualquer ação, o professor estuda e planeja. Nesse momento se pondera quais encaminhamentos são relevantes para um determinado grupo de crianças, quais são suas singularidades. Neste caso o planejamento dá suporte, subsidia a prática pedagógica do professor.

Em relação ao planejamento Libâneo (1994) relata que os professores ao planejarem devem ter consciência se o que está sendo preparado e sistematizado atende ao público referido.

Assis, Barros e Cardoso (2008) afirmam que o ato de planejar está associado a uma organização de ações que visam estabelecer e propor objetivos a serem alcançados. Nesse momento é preciso fazer uma previsão do que será trabalhado é de suma importância levando em consideração a realidade e o contexto dos educandos.

Entendemos que o planejamento se faz importante tanto para o professor quanto para os alunos, já que direciona o caminho a ser percorrido, pois, necessitamos planejar o que queremos realizar. Na área escolar isso é fundamental, pois, o planejamento proporcionará realizar previsões e conseguir executá-las, para atingirmos os objetivos e finalidades traçadas. (p. 07).

Para planejar é preciso que o professor conheça os seus educandos como um todo, compreendendo a realidade que os rodeia. As propostas pedagógicas precisam fazer sentido para as crianças, não os distanciando do contexto que vivem, mas ampliando e flexibilizando a aprendizagem, pois, assim o fazer pedagógico se produz de forma significativa.

Loch (2009, p. 18) relata que planejamento está associado a uma necessidade:

O ato de planejar e avaliar faz parte da nossa vida cotidiana desde as situações mais simples às mais complexas, nos caracterizam como seres que pensam sobre o que pretendem fazer para isso utilizam-se de informações sobre fatos vividos no passado, no presente e projeções para o futuro. Na nossa ação docente este ato se reveste de uma forma de concentração necessária.

Ostetto (2000) reflete que o planejamento deve ser articulado como um processo de reflexão, em que o educador retoma todas as ações e atitudes que envolvem o seu trabalho pedagógico. Para produzir o plano o educador tem em mente uma visão do mundo e de criança, com isso o mesmo seleciona uma série de materiais e estratégias para compor suas atividades. O processo reflexivo se efetiva ao compreender quais são as necessidades e especificidades de um determinado grupo de crianças ao planejar.

Haracemiv e Santana (2013, p.17) descrevem o Plano de Trabalho Docente como:

Documento com o objetivo de registrar o que se pensa, como fazer, quando fazer, com que fazer e com quem fazer. É o norte para as ações do professor. Visa formalizar os diferentes momentos do processo de planejamento, com ação sistematizada e com as justificativas das decisões a serem tomadas. Na

sua construção se faz necessário uma reflexão individual por parte do professor para tomada de decisão e previsão intencional da ação educacional.

O planejamento é indispensável para a prática pedagógica, ele orienta e sistematiza as estratégias e o percurso que será encaminhado. Oliveira (2007) revela que para planejar é preciso levar em consideração alguns aspectos como: conhecer a realidade do que se deseja propor, quais são os pontos que precisam estar em evidência, para isso é preciso observar a realidade do que se deseja planejar para traçar metas e objetivos.

O plano faz parte da prática docente e em relação ao processo de ensino, Freire (2003) destaca:

Para mim é impossível compreender o ensino sem o aprendizado e ambos sem o conhecimento. No processo de ensinar há o ato de saber por parte do professor. O professor tem que conhecer o conteúdo daquilo que ensina. Então para que ele ou ela possa ensinar, ele ou ela tem primeiro que saber e, simultaneamente com o processo de ensinar, continuar a saber por que o aluno, ao ser convidado a aprender aquilo que o professor ensina, realmente aprende quando é capaz de saber o conteúdo daquilo que lhe foi ensinado (p. 79).

O planejamento é fundamental para conduzir o trabalho em toda Educação Básica, quando pensamos em um planejamento voltado para a Educação Infantil se faz necessário refletir sobre os aspectos da rotina e as ações entre cuidar e educar que contemplem essa prática pedagógica.

O Referencial Nacional Curricular aponta:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL. 1998, p. 23).

Além disso, é fundamental discutir qual o papel do planejamento nas instituições de Educação Infantil, não sendo entendido o planejamento apenas como uma listagem de momentos a serem vividos, mas sendo realizado de maneira reflexiva com base nos direitos que a BNCC (2017) indica: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, e conhecer-se, tendo em vista os campos de experiência a serem

explorados. De acordo com as questões apresentadas, se torna imprescindível analisar como o ato de planejar impacta em uma aprendizagem –significativa para a formação integral das crianças que estão nas instituições de Educação Infantil.

Assim, coloca-se como objetivo geral desta pesquisa analisar a importância do planejamento para as práticas pedagógicas nas instituições de Educação Infantil. Os objetivos específicos se articulam em: analisar através de estudos de documentos públicos quais concepções de planejamento estão sendo adotadas; e investigar o papel do professor no processo de construção do planejamento e suas ações pedagógicas.

Ao me inteirar sobre o tema por meio de pesquisa documental e as leituras, constatei como existe uma falta de informações, em relação ao planejamento não considerando-o esta prática como uma ferramenta indispensável ao ambiente escolar. Os documentos públicos orientam a Educação Básica, assegurando diretos e permanência no sistema de ensino, orientações para o trabalho nas instituições etc.

A LDB (1996) aponta que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, e ela tem a função de preparar os educandos nos aspectos: físico, psicológico, intelectual e social viabilizando o desenvolvimento integral da criança.

O Referencial Comum Curricular (1998) em sua composição aborda orientações didáticas que norteiam a prática pedagógica do professor. E essas orientações auxiliam diretamente no processo de construção do planejamento, sendo necessário ter estratégias diversificadas de ensino, para que haja interesse das crianças, e partir disso é importante que a criança se torne protagonista, ou seja, que relacione o que já sabe com os conhecimentos que estarão por vir.

As Diretrizes Nacionais Curriculares (BRASIL, 2010) apontam que o professor precisa ter consciências dos processos de: orientar, avaliar e elaborar propostas atrativas, sendo capaz de interpretar e dar significado diversas áreas do conhecimento.

A Base Nacional Comum Curricular (2017), propõe eixos que estruturam as práticas pedagógicas promovidas na escola, e com isso o professor/pedagogo deve ter conhecimento pleno sobre o que os documentos legais para articular um plano de aula de qualidade.

Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto- considerando-os

como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não a discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (p. 14).

A pesquisa para o trabalho de conclusão de curso se estrutura a partir do aprofundamento dos Documentos Nacionais, e de alguns documentos das cidades de Curitiba e Florianópolis se relacionando de maneira paralela com pesquisas bibliográficas que respaldem o planejamento e concepções de infância.

O trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro busca trazer um breve histórico sobre a Educação Infantil e suas concepções enquanto primeira etapa da educação básica. O segundo busca refletir sobre o processo de construção da Documentação Pedagógica e a Abordagem Reggio Emilia , elementos estes que contribuem diretamente para delinear o processo pedagógico e o planejamento. E o último capítulo aborda apontamentos e reflexões decorrentes dos documentos das cidades de Curitiba e Florianópolis.

2. CONSTRUÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO BRASIL

Este primeiro capítulo aborda sobre os acontecimentos históricos que marcaram a trajetória da Educação Infantil e sua composição reconhecendo a educação infantil como parte da Educação Básica.

A educação é um ato de transformação. Lima, Zanlorenzi e Pinheiro (2013) destacam:

A educação é uma prática social que possibilita a humanização dos seres humanos em determinada cultura. O fenômeno educacional pode ser compreendido com base em sua dupla dimensão: a primeira, no que se refere à apropriação dos bens culturais produzidos ao longo da história; a segunda, a possibilidade de criar e recriar novos conhecimentos, valores e princípios. Em outras palavras, a educação é permanência e transformação em processo interativo (p. 15).

As autoras citadas acima refletem que a educação e o ato de aprender também acontecem em ambientes informais, ou seja, fora do âmbito escolar, porém, é a instituição escolar que fornece a aprendizagem formal para os indivíduos preparando-os para a inserção no meio social.

Com o passar do tempo a educação veio se desenvolvendo e políticas públicas foram sendo articuladas para manter o padrão de qualidade segurança para todos, tornando o acesso e permanência na rede ensino obrigatório. A Constituição Federal aponta:

A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art.205).

O historiador Ariés (1981), em sua obra “História Social da Criança e da Família”, relata que a infância nos meados do século XII era ignorada e as crianças eram tratadas como adultos em miniatura. Uma fase sem importância e sem relevância para ser representada, as condições de higiene e saúde eram muito precárias e a taxa de mortalidade era alta. A partir do século XVII a infância passa a ser considerada, e é interpretada como uma fase distinta do desenvolvimento.

Andrade (2010), destaca que até meados de 1874, as crianças vistas como desvalidas recebiam atendimento nas chamadas “Casa dos Expostos” ou “Roda”, instituições que forneciam abrigo e cuidado.

Constata-se que as primeiras iniciativas foram resultantes de ações higienistas centradas no combate à mortalidade infantil, cujas causas eram atribuídas aos nascimentos ilegítimos (consequentes da união entre escravos ou destes com seus senhores) também à falta de conhecimentos intelectuais das famílias para o cuidado com as crianças (p. 132).

Mendes (2015) retrata que na metade do século XIX, começam a surgir novas ideias educacionais baseadas na teoria de Froebel, e com isso foi criado o primeiro jardim de infância privado no ano de 1875 no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Essas instituições pré-escolares de iniciativa privada tiveram uma maior preocupação com o desenvolvimento escolar das crianças pequenas. A alta sociedade buscava diferenciá-las, dos asilos e creches dos pobres, a partir de propostas pedagógicas, como foi dito a priori os jardins de infância fundamentados por Froebel (p. 99).

Perez e Passone (2010) revelam que no século XX se iniciou o processo de institucionalização da infância envolvendo diferentes esferas: medicina, justiça e assistência pública.

O movimento higienista associado aos médicos e filantropos, o positivismo dos militares, com imperativos de “ordem” e o progresso” e a sociologia evolucionista, como determinantes da constituição e da consolidação do espaço social destinado à infância, por meio de mecanismos conhecidos como “escala da moralidade” ou da “profilaxia da criminalidade”, que discriminavam as crianças desvalidas, classificadas como “menores”, daquelas que possuíam infância ou eram parte da infância concebida como produtiva. Essa estratégia estatal prolongou-se nas décadas posteriores e marcou os primeiros passos da infância e juventude como objeto de atenção das instituições do Estado (p. 654).

Cerqueira (2017) relata que na metade do século XIX no Brasil, começou a ser articulada políticas de assistência para crianças pobres e órfãs. Com isso a Roda da Irmandade foi criada em São Paulo em 1876. E essa roda consistia em um lugar utilizado para abandonar os recém-nascidos que ficavam a cargo e a cuidado de instituições de caridade.

Com todo esse percurso assistencialista se deu a criação de creches brasileiras. Não há de se negar que as “instituições de caridade”, que assumiam essas crianças pequenas na ausência de suas mães, ministravam algum tipo de educação às mesmas, porém, tratava-se de uma instrução não pautada em currículo ou planejada com os devidos cuidados pedagógicos, pois, ora tendia ao treinamento para o trabalho, ora para o, também treinamento, das primeiras letras, sempre com o intuito de prepara-las para a vida como adultos em miniatura (FULY, VEIGA, 2012, p. 89).

Fuly e Veiga (2012) refletem que no Brasil colonial as instituições religiosas consideravam as crianças indígenas como tabulas rasas, com isso acreditavam que seria mais fácil doutriná-las decorrente a isso os adultos indígenas também se converteriam aos ensinamentos religiosos. Havia uma diferença bem gritante entre as camadas sociais, no qual as crianças da elite tinham mais acesso e instrução ao conhecimento das letras.

Vidal (2013) reflete que o Manifesto dos Pioneiros, deu base para articular e estruturar esferas nas áreas educacional e política, ampliando e expandindo as relações educacionais.

Medeiros e Rodrigues (2017) analisam que na década de 1970, havia uma preocupação com o desenvolvimento e capacidades intelectuais:

Trazendo novos valores “a defesa de um padrão de educacional voltado para os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança pequena. Surge neste momento história a preocupação com a criança quanto ser social e histórico, não visto mais como um objeto, mas sujeitos em desenvolvimento físico, mental e social (p.12).

Fuly e Veiga (2012) apontam que com a industrialização e a urbanização as mulheres começam a ingressar ao mercado de trabalho, e com isso cria-se a necessidade de ter um espaço destinado a essas crianças que ficam sem os cuidados e supervisão das mães durante a jornada de trabalho. Com isso criam-se as creches atendendo a classe trabalhadora feminina e suas crianças. Dessa forma, o trabalho desenvolvido pelas creches estava vinculado ao ato de: alimentar, cuidar do corpo, e zelar não assumindo um caráter pedagógico.

A Constituição de 1988 foi o primeiro documento que enfatizou os direitos das crianças, e propunha como dever do Estado o atendimento e o ingresso à creches para crianças de zero a seis anos de idade. O artigo 227 da constituição aponta princípios que respaldam o público infantil e adolescente:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito a vida, saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, e opressão (BRASIL.1988, Art. 227).

A visão de infância e criança mudam, passando a existir preocupação em manter e prestar todo apoio ao desenvolvimento desses sujeitos, fornecendo todos os cuidados necessários para a manutenção da vida.

Andrade (2010) relata que a origem das instituições para crianças pequenas estava voltada para um caráter filantrópico em que mães solteiras e viúvas tinham acesso a inserção.

De acordo com Oliveira (2010) as concepções de atendimento ao público infantil perpassam as seguintes questões:

O panorama até aqui delineado expressa um estado de interrogações, de indefinições referentes a uma concepção segura de educação pré-escolar. Por um lado, justifica-se o acolhimento das crianças para em instituições infantis para que seus pais fiquem liberados para o trabalho, garantindo a manutenção da vida familiar. Por outro lado, porém, a educação infantil já tem sua marca na história da educação no Brasil há mais de um século, e não conseguiu ainda priorizar, substancialmente, o caráter pedagógico possível para este nível de ensino, crescendo qualitativamente diante das principais tendências e fatores que o vem influenciado (p. 58).

Na atualidade vemos que na Educação Infantil, o cuidar e o educar são dinâmicas conjuntas, que contemplar a prática pedagógica impulsionando assim todo o trabalho desenvolvido com as crianças.

Com os avanços sociais e as mudanças nos cenários econômicos e políticos, a sociedade foi se modificando e articulando novos documentos /leis que respaldavam suas necessidades atuais, viabilizando o direito e a liberdade para o exercício de cidadania.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) apontam em relação ao processo de aquisição de conhecimento:

O currículo da educação infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades. Intencionalmente planejadas e permanentemente avaliadas, as práticas que estruturam o cotidiano das instituições de Educação Infantil devem considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças, apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e efetivar-se por meio de modalidades que asseguram as metas educacionais de seu projeto pedagógico (p.86).

O Referencial Nacional Comum Curricular (1998) aponta que os aspectos educacionais estão atrelados às situações de cuidado, e às mesmas devem contribuir para o desenvolvimento de capacidades infantil.

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas (p. 24).

Kramer (2000) em relação ao papel da educação e as instituições relata:

Políticas para a infância tem o papel de garantir que o conhecimento produzido por todos se torne de todos. É importante fortalecer tradições e laços culturais e históricos dos diversos grupos, mas graças ao conhecimento universal podemos escapar do isolamento, do estreitamento das relações, da perda de humanidade. Políticas para a infância podem exercer importante papel ao reconhecer as diferenças combatendo a desigualdade, ao garantir a posse do conhecimento, questão central da distribuição do poder. O conhecimento universal e a compreensão da história possibilitam superar a particularidade. Falar de conhecimento é, pois, falar de cidadania (p. 09).

Com base nos apontamentos acima e conforme as políticas públicas estipuladas, planejamento parte como ponto crucial do professor (a) para o processo de construção do conhecimento. O professor tem como ferramenta para articular seu plano de ensino a documentação que será tratado no próximo capítulo como eixo principal.

3. A ABORDAGEM REGGIO EMILIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2010) as propostas pedagógicas das demais instituições de ensino (público e privado), devem promover situações de aprendizagem que envolvam conceitos de experimentação e apropriação de diferentes linguagens.

A criança, como centro do planejamento curricular, é sujeito-histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas e

ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere [...]. O conhecimento científico hoje disponível autoriza a visão de que desde o nascimento a criança busca atribuir significado a sua experiência e nesse processo volta-se para conhecer o mundo material e social, ampliando gradativamente o campo de sua curiosidade e inquietações, mediada pelas orientações, materiais, espaços e tempos que organizam as situações de aprendizagem e pelas explicações e significados que ela tem acesso (p.88).

A educação passou por grandes transformações em relação às abordagens pedagógicas que contemplam o projeto político pedagógico de cada instituição de ensino. Silva (2012) analisa os contextos educacionais em relação à perspectiva tradicional e a transição para a escola nova. No caso da Escola Tradicional (centrada em uma concepção religiosa):

Neste âmbito são enfatizadas a exposição dos conteúdos de forma verbal pelo professor, que é autoridade máxima, bem como a memorização através da repetição. Tais conteúdos são apresentados sem relação com o cotidiano. O aluno deve se empenhar para atingir êxito pelo próprio esforço. A educação é entendida como processo externo. Neste contexto, prevalece a transmissão de conhecimento, sendo a escola centrada numa formação intelectual (p. 2).

Já a Escola Nova surge com o intuito de inovação:

O professor se torna facilitador da aprendizagem, priorizando o desenvolvimento psicológico e a autorrealização do educando, agora agente ativo, criativo e participativo no ensino-aprendizagem. Os conteúdos ganham significação, são expostos através de atividades variadas como trabalhos em grupo, pesquisas, jogos, experiências, entre outros. Sua principal característica é “aprender a aprender”. (p. 3, grifo do autor).

Marques e Almeida (2011) relatam que a inserção metodológica da documentação aconteceu a partir dos anos 1990, uma iniciativa realizada no norte da Itália com a prática de Reggio Emilia.

Prado e Miguel (2013) enfatizam que o contexto dessa abordagem surgiu após o fim da Segunda Guerra Mundial, em que o objetivo era construir escolas para as crianças. Com a guerra a cidade estava destruída com a ajuda da comunidade em 1963 foi finalizada a construção da primeira escola. Loris Malaguzzi foi agente principal para articular e difundir essa proposta de ensino.

Sá (2010) realiza uma breve reflexão em relação ao percurso das escolas de Reggio:

Á época em que Malaguzzi começou a acompanhar de perto a construção desse projeto educativo, os professores eram formados pelas escolas católicas e eram muito receptivos à ideia de ensinar as crianças enquanto

eles mesmos aprendiam. Nesse quadro, a perspectiva que emerge é a de aprender por meio da escuta, marcada pela disposição do professor em aprender enquanto ensina. A finalidade era que o educador aprendesse com a criança a dar aulas, mediante seu esforço em compreender a lógica de aprendizagem dela, e, a partir daí, a pensar alternativas eficientes para ajudá-las a continuar aprendendo. Nesse sentido, houve uma inversão de posição com relação ao detentor de saber, atribuindo mais valor ao conhecimento da criança (p. 58-59).

A escola com essa proposta de ensino é favorável a mudanças constantes, em que criança e família possuem participação ativa no processo de aprendizagem. Macedo, Xavier e Imbronito (2019) relatam:

O conhecimento das escolas Reggio Emilia é construído por meio do desenvolvimento de projetos. As crianças e adolescentes aprendem a partir do envolvimento com assuntos que são, geralmente, transdisciplinares, e são incentivados a construir o conhecimento de forma empírica, complementado por estudos e discussões. A abordagem apoia-se na produção artística e no fazer como ferramentas do desenvolvimento humano, entende que mente e corpo devem ser pensados conjuntamente. Incentivam-se atividades que contemplem simultaneamente pensar e fazer, e promove-se a autonomia ao enxergar a criança como um ser totalmente capaz (p. 62-63).

Nogaro (2013) em sua obra destaca sobre o livro : “Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender”, de 2012, autoria de Rinaldi, afirma que os professores na educação Reggio são vistos como eixos principais para a articulação do fazer pedagógico, pois, são capazes de pesquisar e promover mudanças significativas em relação à prática e aos encaminhamentos metodológicos, gerando transformações e experiências significativas.

A abordagem de Reggio Emilia logo conquistou o mundo, pois, o processo educativo passou a ser voltado para a cultura das infâncias, em que as crianças têm o poder de fala e posição sobre suas formações. A documentação pedagógica passa a ser adotada em muitas instituições sendo fruto dessa abordagem em que viabiliza o trabalho realizado pelos professores e crianças.

A documentação pedagógica é uma ferramenta indispensável para a composição do planejamento. Marafon e Menezes (2017) consideram que a documentação é uma ferramenta que desperta no professor a curiosidade e o desejo de compreender as relações de aprendizagem que são adquiridas pelos sujeitos. E dessa forma destacam:

Ao elaborar uma documentação, os professores não estão preocupados em classificar ou categorizar as crianças em níveis ou estágios de desenvolvimento com base no que deveriam ou não estar fazendo ou

sabendo em uma determinada faixa etária, mas em compreender o processo de aprendizagem de cada criança, considerando suas características individuais (p. 15).

Marques e Almeida (2011) em relação a documentação destacam:

Documentar experiências tornava-se, ainda, elemento essencial ao pensar sobre a prática em um contexto de construção de uma proposta pedagógica para a criança pequena. Imprescindível, pois, observar as crianças em atividades, produzir, relatos sobre o cotidiano, repensar posturas, espaços, materiais e propostas, discutindo com pares. Documentar experiências significa apropriar-se do fazer em relação a sua teoria, em um processo de formação contínua (p. 415).

Uma prática muito importante que fornece suporte para a Documentação Pedagógica são os registros diários que são compostos por anotações que o professor faz no momento que está vivenciando práticas educativas com as crianças. Ostetto (2008) reflete em decorrência da arte de registrar:

A proposta de registrar a experiência vivida, descrevendo e analisando a complexa trama do cotidiano educativo, com seus fios, laços e nós, tem sido apontada e assumida como essencial para a qualificação da prática pedagógica. Para além de uma tarefa a ser executada ou técnica a ser aplicada, o registro diário compreendido como espaço privilegiado da reflexão do professor, converte-se em atitude vital. Quando vivenciado no seu sentido profundo, com significado, dá apoio e oferece base para o professor seguir sua jornada educativa junto com as crianças. Nesses termos, é verdadeiramente um instrumento do seu trabalho, articulando-se ao planejamento e a avaliação (p. 13).

Os registros realizados pelo professor proporcionam uma prática reflexiva, pois fornecem informações válidas para encaminhar o trabalho pedagógico em sua articulação com planejamento.

Montovani e Perani (1999) apontam como é relevante para o processo educativo o educador compreender o ato de observar, e principalmente ter um olhar e uma escuta sensível para com as crianças.

Quando o adulto aprende a ver a criança, sabendo que ela é um ser ativo, conseguirá mais facilmente notar como ela se relaciona com o espaço, com os objetos, com os outros, vai se dar conta de como acontece a interação com o grupo. A essa altura, somente a essa altura, ele poderá programar a subdivisão dos grupos, a produção ou a aquisição dos materiais apropriados, a avaliação, a estimulação; tudo isso baseado em dados empíricos e não em hipóteses abstratas que, por sua vez, muitas vezes são emprestadas de outras faixas etárias ou de situações completamente diferentes daquelas das creches, sendo, por isso, diferente também o comportamento das crianças (p. 83).

Pinazza e Fochi (2018) analisam que a ação de documentar o fazer pedagógico necessita de uma base de registros e observações de qualidade, ou seja, é preciso moldar um trabalho investigativo. Nesse processo se torna importante levar os registros para as reuniões de formação continuada, como forma de gerar uma reflexão coletiva sobre as práticas que podem ou são desenvolvidas em determinado contexto.

A documentação pedagógica é um recurso que auxilia diretamente na construção e nos encaminhamentos das propostas pedagógicas. É um instrumento que permite observar as etapas e o desenvolvimento emocional e intelectual que a criança está formando. Valoriza-se a construção e produção das crianças.

Gontijo (2011) revela que a prática de documentação introduzida nas instituições de ensino possibilita a ação de reflexão e de comunicação entre o corpo docente. Para a autora a documentação tem função de expandir a comunicação, é fonte geradora de pesquisa, pois, ali estão sendo apontados os interesses e inquietações de um grupo determinado de crianças e transforma a prática social fazendo com que os sujeitos envolvidos nessa prática se interajam entre si.

O professor deve usar a documentação como elo essencial para produzir seu planejamento, tornando evidenciando em suas propostas os interesses das crianças. A documentação pode assumir diversas formas, mas ela tem como finalidade mostrar o processo de produção e desenvolvimento de determinado projeto podendo assumir caráter de registro, por meio de vídeos, desenhos, fotografias entre outros.

Marques e Almeida (2011) apontam que o processo de documentação pedagógica fornece aos envolvidos visibilidades, ou seja, todos os sujeitos possuem um papel importante em relação ao processo de construção tornando-os protagonistas de seu processo de ensino aprendizagem.

Pinazza e Fochi (2018) afirmam:

A documentação pedagógica representa um processo próprio de pedagogias participativas que se assentam na competência autoral e comunicativa de adultos e de crianças sensíveis na constituição de práticas educativas significativas, propiciadoras de aprendizagens experienciais crescentemente ampliadas (p.13).

Portanto, compreende-se que o processo de Documentação Pedagógica, advindo das práticas pedagógicas de Reggio Emilia, se tornou uma importante ferramenta em meio a composição metodológica adotada para a Educação Infantil do Brasil, viabilizando-se como parte da prática dos Profissionais de Educação.

4. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS REGIONAIS: O PLANEJAMENTO EM EVIDÊNCIA

4.1 EXPLICANDO A METODOLOGIA

A ideia inicial seria acompanhar duas instituições de ensino e analisar como os educadores realizam o processo de elaboração do planejamento na temática da Educação de Jovens e Adultos, flexibilizando o trabalho como pesquisa de campo, através de observações e preenchimento de questionários em relação ao tema abordado. Porém, estamos vivendo um período estendido de quarentena por conta do vírus covid-19, no ano de 2020, sendo necessário realizar algumas alterações para dar continuidade no trabalho.

Optei, então, por realizar uma pesquisa documental e bibliográfica a respeito do planejamento na educação infantil e sua função social dentro do contexto educativo. Procurei entender, como essa prática de planejar contribui para o aprendizado, e como essa ferramenta se torna indispensável no processo de aprendizagem contribuindo para a formação integral das crianças.

A pesquisa se fundamenta a partir de leituras e análises de documentos nacionais e regionais de duas cidades (Curitiba e Florianópolis), abordando as concepções de planejamento presentes nesses documentos.

Como documentos principais desta análise estão: a Base Nacional Comum Curricular, o Referencial Curricular Nacional, a LDB, e os Cadernos Pedagógicos de cada cidade, e documentos que auxiliam e forneçam subsídios para o trabalho do professor/pedagogo.

Para a composição dessa análise foram selecionados alguns critérios para facilitar a compreensão e o significação do trabalho.

QUADRO 1 — Critérios de análise dos documentos

Importância do planejamento.
Papel da criança.
Papel da família.
Papel do professor.
Papel do Pedagogo.

Referência a abordagem Reggio Emilia.

Fonte: AUTORA, 2020.

A seguir realizamos análise sobre as documentações regionais, tendo em vista a relevância do planejamento perante ao processo de ensino.

QUADRO 2 — Documentos Regionais utilizados na análise:

Curitiba	Florianópolis
Modalidades Organizativas do Tempo Didático 2010.	Diretrizes Educacionais Pedagógicas para Educação Infantil 2010.
Orientações para estudo e Planejamento 2015.	Orientações sobre o sono na Educação Infantil 2011.
Processo de transição das crianças na Educação Infantil 2016. Tempos e espaços de aprendizagem 2016.	Orientações Curriculares para Educação Infantil. Parte I 2012. Orientações Curriculares para Educação Infantil Parte II. A brincadeira 2012. Orientações Curriculares para Educação Infantil. Parte III. Núcleos de Ação Pedagógica 2012. Orientações Curriculares para Educação Infantil. Parte IV. Estratégias da Ação Pedagógica 2012.
Sep: Orientação para o estudo e planejamento 2017. Sinais de alerta: A educação e o cuidado permanente das crianças 2017.	Currículo da Educação Infantil. 2015
Sep: Semana de estudos pedagógicos educação infantil 2018.	Orientações para o processo de inserção das crianças na Educação Infantil. 2019
Sep: Reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular 2019. Escuta e Olhares às linguagens dos bebês e das crianças 2019.	
Sep: O diálogo entre BNCC e o currículo da RME para uma Cidade Educadora 2020. Currículo da Educação Infantil: Diálogos com a BNCC 2020.	

FONTE: AUTORA, 2020.

4.2 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

A análise documental foi feita com base nos documentos municipais de dois municípios da Região Sul, Curitiba e Florianópolis. Esses documentos foram acessados no mês de março de 2020, possibilitando esta pesquisa, que foi construída durante o período de isolamento social.

Conforme Barbosa cita em sua consultoria (2020 a), a cidade de Curitiba conta com 229 instituições de Educação Infantil, 185 Escolas Municipais e desse total 130 ofertam a modalidade de Educação Infantil, contando com 95 Instituições conveniadas. Curitiba tem um espaço territorial de 432m².

A cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina tem uma extensão territorial de 675m². Em uma breve visita ao site da prefeitura da cidade é possível ter acesso a todos os centros e instituições educacionais.

O currículo da Educação Infantil de Curitiba em consonância com a BNCC (2020 a):

Reconhecemos, nessa perspectiva, que um importante direito dos bebês e das crianças é frequentar uma instituição de Educação Infantil, desfrutando de um ambiente acolhedor e inclusivo, pedagogicamente organizado por profissionais qualificados para o trabalho, garantindo de modo equânime para todos os bebês e todas crianças os direitos de participar, explorar, brincar, expressar, conhecer-se e conviver. A instituição de Educação Infantil é um local para encontros, afetos e amizades, expressão de múltiplas linguagens e reconhecimento e valorização das características geracionais, socioeconômicos, sexuais, físicas, étnicas, raciais e culturais que constituem identidades pessoais e coletivas, um lugar para viver a infância (p. 38)

Barbosa (2020 a) enfatiza que o município de Curitiba ao assumir uma postura de cidade educadora, tem o compromisso de ofertar um ensino de qualidade contando com uma equipe de profissionais preparados e com formação contínua para o desenvolvimento integral dos cidadãos.

Ao planejar, respeitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de bebês e crianças, asseguramos seu protagonismo e lhes convidamos á vivência de desafios provocadores de teorizações, construção de significados e narrativas. Nessa perspectiva, os direitos subsidiam o trabalho nas instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Curitiba e impulsionam o planejamento de práticas educativas que instigam a curiosidade, as novas descobertas, a construção de saberes e a produção de cultura (p. 69).

O currículo da Educação Infantil da rede municipal de Florianópolis em relação ao processo educativo afirma:

Nesse sentido, reafirmamos o reconhecimento da especificidade da educação infantil como primeira etapa da educação básica, cuja função sustenta-se no respeito aos direitos fundamentais das crianças e na garantia de uma formação integral orientada para as diferentes dimensões humanas (linguísticas, intelectual, expressiva, emocional, corporal, social e cultural), realizando-se através de uma ação intencional orientada de forma a contemplar cada uma destas dimensões como núcleos da ação pedagógica (2015, p. 12).

O documento mostra que sua proposta pedagógica para educação infantil, está associada a uma Pedagogia da Infância, em que sua abordagem parte dos interesses e princípios infantis, fazendo um elo as propostas e intenções pedagógicas de Reggio Emilia.

Uma pedagogia comprometida com a infância necessita definir as bases para um projeto educacional-pedagógico para além da “aplicação” de modelos e métodos para desenvolver um “programa”. Exige, antes, conhecer as crianças, os determinantes que constituem sua existência e seu complexo acervo linguístico, intelectual, expressivo, emocional, etc., enfim, as bases culturais que as constituem como tal (2015., p. 14)

Analisando os documentos, Curitiba publica periodicamente Cadernos Pedagógicos que contribuem para a expansão e a qualidade da educação básica. Esses cadernos são articulados juntamente com o corpo docente das instituições de Educação Infantil, proporcionando encontros de formação continuada. Os cadernos fornecem apontamentos, propostas e sequências didáticas que auxiliam diretamente no processo de ensino –aprendizagem.

Em relação aos documentos municipais de Florianópolis todos foram consultados no site da prefeitura com livre acesso para a comunidade. Esses documentos tem com finalidade delinear e nortear as práticas educacionais desenvolvidas na cidade.

4.3 IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO

O Município de Curitiba aborda alguns apontamentos em seus documentos a respeito da composição do planejamento em que coloca a criança como centro norteador para o trabalho metodológico.

O caderno “Referenciais para o estudo e planejamento na Educação Infantil – Modalidades Organizativas do Tempo Didático (2010) traz como foco planejamento fornecendo orientações básicas em congruência com as modalidades organizativas do tempo.

O documento de Curitiba (2010) retrata que o planejamento e as modalidades organizativas são um conjunto, no qual é preciso planejar os encaminhamentos pedagógicos conciliando o tempo disposto. As modalidades são compostas por: atividades permanentes, sequencias didáticas, projetos didáticos e atividades ocasionais.

O Documento (2019 a) ainda aponta:

[..]o ato de planejar a uma ação reflexiva, que organiza todo o cotidiano. Ou seja, planejar vai muito além de preencher formulários e fichas, refere-se a decisões conscientes do professor frente à leitura que faz das necessidades e curiosidades de seu grupo de crianças e à sua intencionalidade enquanto profissional da educação, que é a de disseminar o conhecimento socialmente construído, levando a criança a se desenvolver e a ampliar seus saberes (CURITIBA. 2019, p. 17).

Em relação a Documentação Pedagógica o documento de Curitiba (2019 a) aponta que essa ferramenta deve fazer parte da prática educativa, pois, auxilia diretamente para a transformação da prática docente. O documento traz apontamentos decorrentes da prática de elaboração do planejamento educativo e nesse processo de articulação o documento deixa claro a importância dos interesses das crianças e o protagonismo dos mesmo em fazer parte do planejamento. Como destaca o documento (2020b) o ato de planejar se corresponde com todos os aspectos da rotina, incorporando as ações de cuidado.

Dessa maneira, para planejar as ações que marcam a vida diária, deve-se considerar a escuta e o olhar para o que emerge das crianças, pensando numa organização curricular que aborde as concepções de criança e de infância, bem como condições de tempo, espaços, materialidades e agrupamentos propostos no Currículo da Educação Infantil da RME. Nesse momento o docente precisa fazer escolhas, tomar decisões, tendo claro sua intencionalidade pedagógica. Assim, convidamos para uma reflexão sobre as ações que marcam a vida diária das crianças nas unidades educativas e sobre como estas ações estão sendo consideradas no planejamento (CURITIBA, 2020, p. 19).

Na composição da rotina os documentos (2020b) enfatizam que nos momentos de alimentação, higiene, momentos de descanso, entradas e saídas, uso de espaços e o tempo, esses possuem um espaço específico no planejamento para sua reflexão e composição.

Nos momentos de alimentação se aponta no documento (2020 b) que é importante prover no plano como objetivo a autonomia para que todas as crianças consigam se servir sozinhas, experimentar diversos alimentos e manusear talheres com segurança, essas práticas necessitam de planejamento.

Nos momentos de higiene o documento (2020 b) reflete que é preciso planejar ações para que as crianças executem tais atividades de forma autônoma, mostrar o passo a passo de como é feito a higienização correta das mãos, prezando pelos cuidados corporais como um todo, respeitando o espaço do outro e a privacidade.

Para os momentos de descanso o documento (2020 b) afirma que este momento deve fazer parte da rotina, tornando a sala aconchegante. O momento de acordar as crianças é delicado, devendo ser realizada com respeito e zelo. O município ainda relata que ao pensar nesses momentos de descanso é importante refletir qual é a autonomia das crianças, qual a participação das mesmas? E os que não desejam dormir quais são os encaminhamentos? Ou seja, para as crianças que não desejam dormir é preciso planejar outra proposta.

As entradas e saídas também devem ser planejadas conforme o documento (2020 b) que se considera as particularidades de cada criança, pois, é um momento carregado de memórias e sentimentos. No momento da entrada há a separação com a família e o momento de saída conforme as famílias vão chegando o grupo de crianças pode ficar mais sensível.

Nesta situação o planejamento implica em proposições de espaços e tempo que acolham as escolhas das crianças, bem como considerem as famílias. Esse deve contemplar a diversidade e a quantidade de materiais que possibilitem a brincadeira, a interação, a exploração e criação. Refletimos também sobre as relações existentes nestas ações que marcam a vida diária, concebendo para as entradas e saídas atitudes afetivas e acolhedoras. Cabe refletir, quais as impressões que temos deixado nas crianças nos momentos de chegada e saída na unidade? Como temos planejado os contextos da instituição, qualificando essas ações? (CURITIBA. 2020, p. 20).

O uso dos espaços e o tempo são ambientes facilitadores da aprendizagem, sendo necessário propor práticas que gerem autonomia de escolha nas crianças, e protagonismo em suas brincadeiras.

Quando se pensa em planejamento na Educação Infantil, requer também salientar que, na organização do cotidiano, algumas ações devem ser fixas e não podem ser desconsideradas, como os horários de entrada e saída, além dos momentos de alimentação e sono. Essas ações previstas ajudam a criança a se organizar no tempo, pois ela não compreende ainda como ele é marcado no relógio. Mesmo assim, o planejamento deve prever que cada uma tem um tempo próprio para desenvolver uma ação. Isso significa, por exemplo, que sejam ponderadas outras propostas para crianças que não desejam tomar o café da manhã ou que se alimentam de forma mais rápida. As demais propostas do dia devem ser flexíveis e significativas, podendo ser organizadas juntamente com as crianças. (CURITIBA.2019, p. 24).

As modalidades de tempo, espaços e materiais são questões que compõem o plano educativo. O município de Curitiba (2019a) enfatiza que o planejamento não pode assumir o papel de uma tabela pronta com as listagens das atividades, essa tabela pode ser usada como caráter de organizar as práticas cotidianas. O ato de planejar é muito mais amplo e requer uma sistematização do contexto escolar.

No planejamento, é importante que sejam consideradas oportunidades para que as crianças vivenciem situações individuais e coletivas nas quais possam atuar livremente na escolha de propostas e parceiros (por exemplo: os cantos de atividades diversificadas, as brincadeiras no espaço externo, as integrações, etc.) e nos momentos com o grupo, apoiados pelo professor (exemplo: os jogos, as conversas, as leituras, as expressões gráficas, etc.) (CURITIBA. 2019, p. 34).

E perante a dinâmica e os aspectos decorrentes a rotina o documento (2019 a) deixa evidente que no ato de planejar é preciso considerar as crianças em seus processos de imaginação e produção, dando oportunidades para a expansão delas.

Interesses e desafios são palavras capazes de romper com a fragmentação do tempo e dos saberes, dando sentido e significado às hipóteses e curiosidades infantis que propiciem propostas que realmente levem em consideração as crianças e suas necessidades. Nessa perspectiva, não cabem planejamentos de conteúdos com etapas definidas previamente, “desafios” gradativos, fragmentos de conhecimentos, propostas predeterminadas e resultados antecipados pelos adultos, como no caso da modalidade organizativa de sequência didática. Entendemos a criança participante ativa do planejamento e seus saberes e curiosidades como norteadores dessas propostas, que vão além do que o professor idealiza em seu primeiro movimento de planejar (CURITIBA, 2019, p. 35).

Os documentos da cidade de Curitiba (2018, 2019a, 2020b) relatam que o planejamento deve partir da escuta das crianças para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Em relação ao processo de transição das crianças da educação infantil para outra modalidade de ensino, o ato de planejar também se torna relevante. O

documento (2016 b) a respeito desse assunto, relata que é necessário planejar ações que preparem e garantam uma transição significativa e segura para as crianças.

Na cidade de Florianópolis (2012a) o planejamento e os encaminhamentos se dão por base nas Diretrizes Municipais e nos Documentos Nacionais, e uma ferramenta indispensável para auxiliar na construção do planejamento do professor são as observações e os registros.

Os encaminhamentos pedagógicos partem do princípio de uma pedagogia da infância, voltada para todas as particularidades dessa faixa etária, considerando que as crianças são seres humanos concretos advindos de diversos contextos sócias e culturais.

Uma pedagogia comprometida com a infância necessita definir as bases para um projeto educacional-pedagógico para além da “aplicação” de modelos e métodos para desenvolver um “programa”. Exige antes conhecer as crianças, os determinantes que constituem sua existência e seu complexo acervo linguístico, intelectual, expressivo, emocional, etc., enfim, as bases culturais que constituem como tal. (FLORIANÓPOLIS, 2012a, p. 06).

Em relação ao processo educativo desenvolvido em toda a Educação Básica da cidade:

Tomar a Educação Integral como concepção fundante significa necessariamente assumir a necessidade de construir desenhos curriculares que ultrapassem a fragmentação do conhecimento e suas estruturas disciplinares, superar os etapismos e sequenciamentos presentes no percurso formativo, redefinir os tempos e espaços escolares. É na verdade compreender a Educação Básica como um projeto coletivo, articulado pelos diferentes sujeitos e instituições sociais orientadores desse processo (FLORIANÓPOLIS. 2015, p. 21).

Florianópolis em seu documento (2015) destaca a importância de proporcionar momentos de fala para as crianças, como os realizados em “rodas de conversas”, dispor objetos e brinquedos distintos que agrupem as diversidades culturais, e estar atentos as manifestações de comportamentos e fala.

O professor na cidade de Florianópolis (2010) deve promover nas crianças a autonomia de realizar atividades do cotidiano sozinhas como: alimentar-se (servindo uma quantidade de comida adequada, manuseando talheres), cuidados com a higiene.

É necessário planejar ações que integrem o protagonismo das crianças, como exemplifica o documento (2010) refletir sobre propostas distintas que possam ser

realizadas na área externa, promovendo interação de crianças de faixas etárias distintas expandindo o leque de relações e comunicações, e fornecendo diversos brinquedos e elementos que possam ampliar as aquisições e experiências.

A respeito do planejamento na rede municipal de Florianópolis (2010) se destacam dois modelos de plano: planejamento do grupo de crianças e o planejamento coletivo.

O planejamento dos grupos de crianças é realizado pelos profissionais que atuam nestes grupos, com a colaboração de outros parceiros levando em conta as indicações oferecidas pelas crianças (suas características, interesses e necessidades) apontadas tanto por aquilo que pedem insistentemente, quanto pelos silêncios e recusas, o que demanda a atenção do professor e a proposição de sua ação intencional. O planejamento é o documento norteador do processo e precisa ser elaborado de forma a orientar a ação docente. O planejamento coletivo abrange momentos como: acolhida, despedida, alimentação, parque, projetos coletivos (aniversários, refeitório, contação de histórias, oficinas...) e envolve todos ou boa parte dos profissionais da Unidade Educativa (p. 100).

Os momentos de explorar a área externa são planejados com o grupo reconhecendo as crianças como seres ativos. O planejamento como se destaca nos documentos, deve englobar as atividades intencionais, estruturadas e livres favorecendo as vivências das crianças.

Florianópolis (2011) articulou um documento que faz referência com os aspectos da rotina, trazendo elementos que articulam e colaboram para a construção do plano de aula. Em relação ao momento do sono o documento destaca que é preciso avaliar e observar as necessidades individuais de cada criança, pois há crianças que descansam e outras que não conseguem dormir e ,com isso, é preciso que o professor planeje propostas distintas para essa criança que não sente necessidade de descanso.

Para que a organização das propostas para as crianças que dormem, as que querem descansar e as que não dormem melhor atendam às suas necessidades, é fundamental o empenho de todos os profissionais da instituição e não somente de um ou dois com ações isoladas. Um trabalho bem planejado ganha efetividade, se houver o compromisso de todos na sua realização (FLORIANÓPOLIS.2011, p. 03).

O documento (2011) trata: a organização das salas, higiene e saúde, e preparação dos ambientes decorrentes ao momento do sono. A organização das salas nesse momento é fundamental para proporcionar momentos de descanso, e deixar no mínimo 02 colchonetes durante o dia na sala para a criança que se sentir

cansada ter a autonomia de descansar. As crianças devem ter pertences individuais para utilizar no momento de sono (realizando a higienização), as crianças que dormem após as refeições é preciso realizar a higiene bucal, e em relação a época de verão o documento aponta que as crianças podem ficar com dificuldades de dormir, e com isso é necessário pensar em mecanismo para auxiliar e torna esse momento aconchegante, como por exemplo dar banho nas crianças. E para a preparação do ambiente deve-se selecionar músicas com efeito relaxante, luz indireta (ou seja, a sala não deve estar escura, as crianças precisam diferenciar o sono do diurno do noturno), e as crianças podem dormir com objetos de afeito.

Com base nas análises sobre o planejamento, ambas as cidades refletem a importância do planejamento em meio ao processo de ensino-aprendizagem. E como todas as práticas cotidianas que permeiam a rotina devem ser consideradas e extremamente planejadas, viabilizando em um plano voltado para as crianças e seus interesses.

Florianópolis usa a nomenclatura de “planejamento coletivo”, em que os espaços e tempos externos são usados de forma coletiva, e com isso as professoras planejam e refletem suas práticas em prol de todos, facilitando a integração. Já Curitiba relata que é preciso planejar as saídas e explorações dos espaços externos, mas não especifica que esse momento de planejar é feito de forma coletiva.

4.4 PAPEL DAS CRIANÇAS

Curitiba relata que as Instituições de Educação Infantil devem incorporar propostas que coloquem as crianças no centro, como autores de suas próprias experiências.

O documento (2016a) cita Barbosa (2009):

Segundo Barbosa (2009), quando a criança ingressa na instituição de educação infantil traz consigo experiências e saberes advindos das tradições familiares e do entorno em que está inserida. Assim, podemos afirmar que, ao começar a frequentar a unidade de educação infantil, as crianças estão vivenciando uma segunda experiência de socialização. A partir desse momento, elas ampliam seus saberes por meio do convívio com os professores/as, colegas e outras famílias (CURITIBA, 2016 a, p. 9).

Os Documentos (2020a) relatam que a criança é ser dotado de direitos, é ativa, protagoniza suas descobertas sobre o mundo, e nesse sentido a mesma traz consigo uma bagagem cultural do que já vivenciou.

Cabe frisar que bebês e crianças apresentam uma maneira peculiar de agir, pensar, envolvendo curiosidade, criação, brincadeira, imaginação e sensibilidade na relação com os outros, os objetos e as situações. Embora com pouca idade, já acumulam saberes e experiências, sendo capazes de produzir e reproduzir cultura, desenvolvendo a partir das interações com os outros bebês e crianças, os adultos e os diferentes espaços sociais, o seu modo próprio de ser e estar no mundo (CURITIBA, 2020, p. 14).

O papel da criança está relacionado ao sujeito protagonista de sua própria aprendizagem. Como exemplifica:

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta, hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche como na pré-escola (BRASIL, 2018, p. 38).

Em relação a criança, o documento (2010) deixa claro a importância de realizar “rodas de conversa”, momentos que oportunizam as crianças a realizarem apontamentos e levantar hipóteses. A sala deve estar preparada para receber as crianças com a possibilidade de ter 02 cantos, fornecendo formas para a expansão do brincar e do faz de conta.

Em relação à concepção de criança o município de Florianópolis (2012 c) reflete que a criança se desenvolve através dos elos fornecidos pelas interações, relações e de diversas práticas que envolvem a vida cotidiana, seja em ambientes: sociais, familiares, escolares, etc.

Nesse sentido, é necessário observar que a inserção no contexto sociocultural, desde que a criança, nasce, influencia sobremaneira o modo de como ela interage e se relaciona com o mundo, bem como a compreensão que terá de si e do outro. Assim, qualquer iniciativa educativa, nesse caso por parte dos profissionais da educação infantil, deve levar em conta a diversidade de contextos nos quais as crianças se inserem, e os modos como é manifestada e respeitada a condição heterogênea dos grupos dos quais fazem parte (p. 06).

A cidade de Florianópolis (2012b) aponta a importância da brincadeira no processo de aquisição das crianças:

A brincadeira é um dos pilares das culturas da infância, uma atividade social significativa, basilar na nossa constituição humana. Para as crianças a brincadeira é uma importante forma de ação social para a construção das suas relações e formas –coletivas e individuais de interpretação do mundo (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 12).

As abordagens referentes a criança nos documentos (2015) revelam que as práticas pedagógicas devem considerar as crianças em sua totalidade, considerando-as como sujeitos múltiplos, garantindo seus direitos aprendizagem.

Enfatiza como as crianças residentes da cidade de Florianópolis (2015) possuem uma pluralidade cultural muito grande, com isso é preciso oferecer para as mesmas oportunidades de expandir seus conhecimentos a respeito do mundo, criando valores éticos e morais.

Curitiba e Florianópolis viabilizam a importância da criança em meio ao processo de planejamento, as práticas devem partir de seus interesses e a mesma deve protagonizar o processo de ensino. Curitiba em seus documentos deixa claro que a criança é o centro de tudo, desde a elaboração de diretrizes e normas efetivas e ao pertencimento de todas as dimensões do âmbito escolar.

4.5 PAPEL DA FAMÍLIA

A cidade de Curitiba em seus documentos expressa diretamente a relação e o contato das famílias em meio ao âmbito escolar.

E em um documento específico “Referencias Para o estudo e planejamento na Educação Infantil – Modalidades organizativas do Tempo Didático (2010)”, traz em foco o planejamento fornecendo orientações básicas em congruência com a rotina em relação ao processo de adaptação das crianças em meio a instituição escolar.

Este documento faz referência a insegurança da família nesse momento da vida da criança, evidenciando que é possível que os pais e responsáveis insistam nos primeiros dias em permanecer um tempo em sala de aula. E com isso a orientação sugerida é que os profissionais integrem a família as atividades e aos encaminhamentos necessários, estabelecendo vínculos.

Planeje momentos de permanentes de participação da família. Em uma oportunidade, convoque um pai e uma mãe para contar histórias às crianças. Em outro momento, chame um grupo para ensinar as tradicionais brincadeiras e cantigas de roda (CURITIBA. 2010, p. 15).

Um apontamento muito importante em relação a esse processo de adaptação abordado no documento (2010) é o professor observar os pais/responsáveis e as crianças em relação ao seu comportamento no âmbito escolar, isso mostrará se estão se sentindo seguros.

[...] com os pequenos, repare se ainda há choro na hora da entrada. O sinal de que está tudo bem é quando eles conseguem se entreter com um brinquedo ou outra criança. Elabore uma pauta, destacando os comportamentos que pretende observar. Faça anotações semanais durante um ou dois meses. Com isso será possível perceber os avanços (CURITIBA.2010, p. 15).

O município, em seus documentos (2015), ainda destaca a relevância e a intensidade que o primeiro dia da criança no contexto escolar tem, e com isso aponta a necessidade do professor/ educador ao realizar o seu planejamento compor propostas que integrem a todos, crianças e familiares.

Entendemos que esse olhar cuidadoso para as crianças e para a comunidade potencializa a realização de práticas significativas e de crescimento para a formação de cada sujeito, como um importante compromisso social de educação (CURITIBA, 2015, p. 06).

Quando a criança inicia sua trajetória em âmbito escolar isso traz consigo uma bagagem cultural muito grande, adquirida através do meio social que está inserida, e aspectos que compõem sua rotina familiar. Em relação a isso se destaca:

Dessa maneira, é essencial considerar na elaboração das propostas educativas, realizadas na instituição de educação infantil e na organização do ambiente, o reconhecimento, a valorização e o respeito às diferenças culturais e o que cada família traz de contribuição, compreendendo não como um projeto passageiro ou uma visão utilitária das famílias, mas como uma mudança de atitude: acolhedora. Nesse sentido, se constrói um olhar a respeito e valorização pelas famílias, que são entendidas como parceiras na educação infantil, trazendo assim, um olhar sobre a criança, para pensar nos tempos de aprender, de conhecer, numa perspectiva de acolhimento como base para o pertencimento e identidade (CURITIBA, 2016, p. 09).

E o documento (2016 a) relata que esse trabalho de integrar os familiares à prática pedagógica auxilia para abordar questões de diversidade cultural, dando ênfase para mostrar para as crianças como temos hábitos e costumes distintos.

Ao promover situações de acolhimento das crianças e suas famílias, as professoras poderão fazer aproximações com elas, para conhecer um pouco de seus costumes, modo de vida e origem cultural. Essas informações seriam refletidas na organização dos espaços, tempos e materiais, como também,

nas propostas para ampliar os saberes das crianças referentes às diferentes culturas (CURITIBA. 2016, p. 26- 27).

A riqueza cultural e os elementos que os familiares trazem para a instituição de Educação de Infantil, colaboram diretamente para a construção de um planejamento efetivo que englobe as múltiplas culturas. Em decorrência se destaca:

As experiências com cultura oportunizam às crianças pensarem sobre as diferentes formas de organização social, experimentar papéis que observam nas relações do cotidiano, comparar hábitos e costumes do meio em que vivem com os de outras culturas, ampliando assim, conhecimentos sobre si e de sua identidade e pertencimento social (CURITIBA, 2016, p. 29).

O documento (2016 a) expressa que as famílias são importante aliadas da instituição de educação infantil em meio ao processo de desenvolvimento integral das crianças, pois trazem informações e compartilham situações que auxiliam a prática pedagógica.

O documento de Curitiba publicado em 2020b, revela que essas trocas de informações entre família e instituição ajudam nos momentos dispostos na rotina como: momento de higiene, alimentação, momento de descanso, entradas e saídas e uso das dependências externas.

Em relação aos momentos citados acima aponta uma ação coletiva: alimentação e a oferta de diversos alimentos são realizados em parceria com a família, que relata os hábitos alimentares. O momento de higiene, as ações de cuidado com o corpo e o desfralde são realizados com o apoio da família, em que ambas realizam os estímulos proporcionando a criança o desfralde efetivo. Nos momentos de descanso as famílias podem relatar que as crianças possuam algum objetivo de apego que auxilie nesse momento.

É possível perceber a importância e riqueza que essa comunicação entre instituição e família, pois, a ação conjunta potencializa o processo de ensino-aprendizagem.

O processo de transição/saída da instituição de educação infantil, como cita o município de Curitiba (2016 b) também precisa de apoio e parceria da família.

O ingresso das crianças numa instituição requer a articulação entre família e profissionais que possibilite que a criança se sinta acolhida, reconhecendo aos poucos novas formas de convivência no coletivo. Já a transição requer uma articulação entre família e profissionais, entre os (as) profissionais atuais e os que virão a fazer parte da vida da criança e entre as crianças de diferentes faixas etárias. Esse processo de integrar relações são importantes

para a criança que precisa estar no centro do projeto político –pedagógico de cada instituição (CURITIBA. 2016, p. 09).

O município possui um programa específico em que todas as instituições de Educação Infantil são integradas: Sinais de ALERTA (2017 b) prevê um trabalho conjunto entre profissionais da educação e família promovendo qualidade de vida e o exercício da cidadania para todas as crianças. E a família e os profissionais nesse processo ficam em estado de alerta com um olhar sensível voltado para a criança, em prol de observar mudanças.

Já nos documentos de Florianópolis (2019), aparecem alguns apontamentos relevantes em relação a família no processo de ensino-aprendizagem. Um dos primeiros documentos analisado fazem referência direta com o processo de inserção e adaptação das crianças na escola.

“Orientações para o processo de inserção das crianças na Educação Infantil”, é um documento de 2019, e aborda orientações para a composição e articulação do planejamento fornecendo subsídios para o professor.

De modo geral, podemos afirmar que este documento traduz um esforço coletivo da rede, vivido nos últimos dez anos, em aprimorar intencionalmente práticas cuidadosas e atentas ao processo de entrada ou retorno das crianças a educação infantil, sob a perspectiva de valorizar a constituição de relações dialógicas e de confiança entre os diferentes sujeitos envolvidos: crianças, famílias e profissionais (FLORIANÓPOLIS, 2019, p. 01).

O documento (2019) aponta que é necessário pensar que o plano está sendo feito para as crianças, ou seja, a cultura infantil tem que estar explícita. Salientando em sua composição os contextos sociais e a bagagem cultural que cada criança e família carregam consigo, estes aspectos precisam compor o planejamento.

Em relação a família em período de adaptação o documento reflete:

De fato, para muitas famílias e crianças se trata da primeira experiência de separação, o que altera sua organização de vida e inaugura novas formas relacionais. Isto traz mudanças consideráveis á vida das crianças, pois, de uma convivência com poucas pessoas em um ambiente familiar privado de cuidados, elas passam a (com) viver, parte de seu dia, com outras pessoas (inicialmente estranhas), em um espaço institucional que privilegia as interações e a coletividade, com uma dinâmica de funcionamento própria e diferenciada da família. Á vista disso, torna-se imprescindível refletir e planejar estratégias para, de forma cuidadosa fomentar o início de novos relacionamentos entre as crianças, suas famílias e as profissionais. Sobre tudo, se considerarmos que este é um momento peculiar de separação temporária entre criança e família, que exige o estabelecimento de confiança entre estes e as/os profissionais da unidade educativa (FLORIANÓPOLIS, 2019, p. 02).

A cidade de Florianópolis destaca (2012c) que conhecer as crianças que estão inseridas na rede de ensino é fundamental, sendo necessário conhecer as famílias, valorizando seus ideais e as formas de educação que adotam para suas crianças. Portanto, essa aproximação às vezes podem ocasionar conflitos e com isso essas situações devem ser resolvidas com muito diálogo e uma escuta sensível e acolhedora, entendendo o contexto de vida da criança.

O documento (2012 c) destaca que é preciso superar alguns estereótipos e preconceitos em relação a composição familiar, renda e afins, sendo importante integrar as famílias as práticas pedagógicas, pois, os mesmos podem contribuir efetivamente no processo de ensino-aprendizagem.

A família é o primeiro espaço de convivência das crianças e com isso o documento de 2012 destaca:

Isto implica uma relação de proximidade, sem confundir as diferenças de um e outro espaço social. Não é papel da educação infantil repetir os rituais domésticos fidedignamente, mas percebê-los como aspectos que influenciam nas relações constituídas com as crianças no contexto da creche e de outros espaços sociais (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 15).

Decorrente a isto se atribui a importância dessa relação como enfatiza o documento (2012c) como um elo para ampliar as experiências educativas das crianças. Como a família também deve reconhecer nos profissionais da educação infantil uma parceria que visa o cuidar e o educar na formação dos sujeitos.

Conhecer os pais, as mães e outros responsáveis pelo, nome, permitir que entrem nos espaços das salas e participem de momentos planejados com as crianças, preocupar-se em saber como as crianças e famílias passaram a noite ou o final de semana, relatar como as crianças passaram o dia às famílias, organizar eventos para integração com as famílias, com o cuidado de respeitar as diversas organizações que estas possam ter e tentar conhecer e respeitar os horários disponíveis que as famílias possuem para participar de reuniões e outros eventos, são outras possibilidades de revelar as famílias que a instituição pensa essa relação de modo respeitoso e complementar (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 16-17).

Florianópolis (2020) criou um site para atender as crianças nesse período de pandemia. Neste site existe algumas indicações de leituras e propostas metodológicas para realizar com as crianças, com o intuito de ampliar as possibilidades e repertórios, deixando claro que não é responsabilidade familiar mediar a docência, e categorizar a modalidade de educação infantil remota.

Saisi (2010) aponta:

A família é o primeiro espaço de convivência da criança, e, por isto, é um lugar de referência primordial para sua aprendizagem e desenvolvimento. É com a família que a criança assimila valores, constrói representações, elabora os primeiros juízos e expectativas e vivencia experiências perpassadas por significados afetivos. Por ser o primeiro espaço social, cultural, afetivo e de acolhimento da criança (p. 69).

O conceito família está relacionado ao adulto que zela, cuida e é responsável pela criança perante os direitos legais.

Curitiba traz um documento específico falando a respeito dos Sinais de alerta, que são dicas e apontamentos de questões que é necessário estar atento em meio ao processo educativo. Florianópolis não tem em si um documento específico, mas em seus documentos relatam a importância de estar alerta.

Como nos documentos da cidade de Curitiba e Florianópolis, ambos enfatizam a importância da participação da família nesse processo de inserção ao âmbito escolar, pois crianças e famílias devem se sentir seguros em meio a está realidade. Portanto, se faz necessário pensar, planejar encaminhamentos metodológicos para o período de adaptação que também integrem a família, fazendo-os acompanhar o desenvolvimento e valorizar as descobertas e produções feitas pelas crianças.

4.6 PAPEL DO PROFESSOR

Na cidade de Curitiba a Educação Infantil deve promover equidade, no qual os profissionais devem acolher e respeitar as diferenças culturais das crianças presentes em âmbito escolar.

A postura profissional, principalmente a do(a) professor(a) que está em relação com as crianças por mais tempo na instituição educativa revela os princípios em relação à sociedade que se busca desenvolver. As escolhas, as ações e as relações diárias contribuem para o desenvolvimento integral de cada criança (CURITIBA, 2017a, p. 16).

Em relação ao trabalho do professor e sua formação acadêmica o município destaca:

Como os saberes docentes não são provenientes somente da formação inicial e continuada, buscamos processos mais amplos de desenvolvimento profissional, compreendendo o professor como um sujeito ativo e considerando seus conhecimentos prévios, bem como reconhecendo e valorizando os aspectos afetivos e relacionais. O professor constrói e reconstrói o seu saber-fazer na experiência, por isso refletimos constantemente sobre nossas ações, tecendo ideias, analisando criticamente e avaliando as situações do cotidiano, o que impulsiona um docente

pesquisador para investigar as teorias que fundamentam as práticas pedagógicas (CURITIBA, 2020a, p. 157).

Os documentos relatam (2020 a) que o professor deve estar em constante posição de estudo, ampliando e expandindo seus conhecimentos. E ao planejar as propostas de ensino o professor deve ter um olhar sensível para que as culturas infantis estejam presentes.

Ao considerar as particularidades da criança pequena e seus direitos, o professor assume o compromisso com a infância e com a identidade da educação infantil. A ação docente requer sensibilidade e um olhar diferenciado sobre como as crianças interagem e aprendem. Por isso, as ações desenvolvidas nas instituições precisam estar pautadas em práticas que façam sentido para as crianças e respondam às suas necessidades. Assim, as situações previstas no cotidiano voltadas aos momentos de cuidado pessoal, como lavar as mãos, alimentar-se, vestir-se, aconchegar-se para descansar dormir, entre outras, são ações tão ou mais significativas para a criança pequena que outras atividades, muitas vezes, repetitivas e sem sentido. Essas ações merecem ser organizadas com especial atenção, pois, ao ser cuidada, ela aprende a se cuidar e a cuidar do outro, competência muito valorizada e almejada para a convivência em sociedade. O professor precisa qualificar essas ações no cotidiano, imprimindo valor, considerando o tempo necessário, transformando uma rotina burocrática num cotidiano mais vivo e enriquecedor às vivências e experiências das crianças, o que implica um olhar aprimorado, uma constante reflexão e reinvenção dos modos de viver no ambiente educativo (CURITIBA, 2018, p. 13).

O professor em meio ao processo pedagógico pode usar a observação crítica para analisar os resultados, os conhecimentos que estão sendo produzidos.

Os registros elaborados pelos profissionais precisam evidenciar os percursos, processos e contextos, e não o produto. Devem ter como foco contar as trajetórias percorridas pelas crianças ou pelo grupo, e não a mera função de informar. Precisamos conceber os registros como fruto da ação docente, delineando reflexões acerca de uma prática de autoria, de um profissional que constrói caminhos, que toma decisões e faz proposições, tendo em vista as crianças (CURITIBA, 2018, p. 17).

O documento de (2019 a) aponta que os registros e a documentação pedagógica são ferramentas que possibilitam conhecer, e identificar certas preferências de um determinado grupo de crianças, sendo fator que auxilia na elaboração do planejamento.

Em relação ao planejamento o documento (2019 a) relata a importância de oportunizar para as crianças vivências de diversas perspectivas sejam elas no âmbito individual ou coletivo.

Dessa forma, quando se diz que professor na Educação Infantil não dá aula, refere-se a um professor que não exerce mediação em uma postura

transmissiva e mobilizadora da construção de conhecimentos/conteúdos, uma vez que a experiência é da criança, e o docente não pode viver por ela. Isso significa dizer que devemos proporcionar contextos, tempos, espaços e materiais para que a criança teste, manipule, explore, crie novas possibilidades, viva a e não atue apenas como expectadora. Assim, é papel do professor garantir condições para que as crianças vivam as suas experiências nas instituições que ofertam a Educação Infantil, sejam elas: CMEIs, CEIs contratados ou escolas. Os docentes devem fazer isso por meio do planejamento, pois é neste documento que registram a sua intencionalidade pedagógica e as formas de participação ativa das crianças (CURITIBA, 2019, p. 43-44).

Curitiba (2019b) ainda expressa que o planejamento parte do processo e do estreitamento das relações entre professores e crianças, sendo uma forma uma concepção de educação participativa em que os diálogos e os apontamentos das crianças são considerados para compor o planejamento, o tornando flexível. E nesse sentido pertinente ao processo de ensino, o professor/ educador precisa compreender que cada criança possui um tempo para compreender e assimilar as questões que estão sendo dispostas.

Decorrente ao planejamento se reflete:

Saber ver e ouvir as crianças é um dos principais saberes necessários ao profissional que atua na Educação Infantil. Nosso desafio é direcionar o foco de nossas escutas e olhares para as crianças, na busca de perceber na forma como elas ocupam o espaço, como se relacionam, como se expressam e interagem, quais são as possíveis pistas que podem nos apontar a direção em que o planejamento irá caminhar. (CURITIBA, 2019, p. 36).

A cidade de Florianópolis (2015) reconhece que a formação de toda a equipe docente é compromisso do município, que visa oferecer qualificação profissional, progressão a carreira, garantia de trabalho e formação continuada visando que todos os professores e profissionais da educação estejam sempre em constante processo de estudo.

Em relação ao papel do professor no município (2010) o mesmo tem a função de sistematizar as ações e encaminhamentos pedagógicos, e observar as relações e interações das crianças com o meio, mediando essas aquisições.

Os processos educativos, conseqüentemente, recaem sobre o papel das mediações em suas mais diferentes formas. Isto requer a intervenção do professor pois é função deste organizar o espaço interativo. É ele que carrega a responsabilidade pelo processo de aprendizagem e em consequência, do desenvolvimento das crianças (FLORIANÓPOLIS, 2010, p. 24).

O Documento (2012c) revela que o professor ao planejar precisa ter cuidado em relação ao conteúdo que está sendo proposto, para garantir que haja diversidade

cultural de todos os elementos banindo qualquer tipo de exclusão ou discriminação. A cidade de Florianópolis ainda aborda que todas as práticas educativas envolvem ações de cuidado, independentemente da idade das crianças. Os educadores precisam respeitar as crianças em sua totalidade.

Nesse contexto, o papel da professora não se esvai, pois, além deste constituir relações intensas, ao apresentar novos saberes às crianças, também exerce sua ação docente ao planejar espaços e tempos para o encontro entre os meninos e meninas que frequentam a educação infantil. É parte da sua função, observar e possibilitar as interações e relações entre estes, no sentido de potencializá-las, considerando as crianças como protagonistas de sua ação educativa [...] (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 27-28).

Os documentos publicados em (2012 c, d) revelam a importância da documentação pedagógica como documentação necessária para incrementar o plano de aula. Destaca em relação ao processo de ensino-aprendizagem:

As práticas educativas em causa devem responder, assim, a interesses de um dado modelo de ser humano e sociedade. Assim sendo, as possibilidades dos processos educativos levados a efeito em creches e pré-escolas necessitam ocupar de diferentes aspectos, conferindo atenção às diferentes dimensões que constituem a humanidade, dando acesso a diversos saberes (FLORIANÓPOLIS. 2010, p. 27).

O planejamento na Educação Infantil é um momento que possibilita o professor encontrar soluções para obter avanços no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança, por isso deve ser uma atividade experiência

[...] continua, onde o professor não somente escolhe os conteúdos a serem passados, mas faz todo um processo de acompanhamento onde diagnostica os avanços e dificuldades de toda a turma e também de forma individual, já que é fundamental o professor levar em consideração as peculiaridades e as especificidades de cada criança, já que cada uma tem seu modo de agir, pensar e sentir (JESUS, GERMANO. 2013, p. 31).

Ambos os municípios defendem a capacitação do professor, e a valorização desse profissional como importante mediador e facilitador dos conhecimentos. Curitiba deixa claro a equidade no processo de ensino, e Florianópolis relata a importância do professor em propor elementos que contemplem a infância, levando em consideração a documentação como ferramenta ao ato de planejar.

4.7 PAPEL DO PEDAGOGO

A cidade de Curitiba em um de seus cadernos pedagógicos traz um texto específico sobre as atribuições do pedagogo (2019a). E nesse se destaca a execução de uma pedagogia voltada para a infância, em que todo o corpo docente se envolva em práticas para expandir os conhecimentos das crianças.

Nesse contexto, o pedagogo tem como função mediar, articular e acompanhar todo o trabalho pedagógico que acontece na instituição educativa, considerando as especificidades e peculiaridades da Educação Infantil, como: a indissociabilidade entre a ação de educar e de cuidar, a faixa etária atendida, o tempo de permanência diária na instituição, que merecem atenção. Ou seja, o pedagogo deve apoiar os profissionais no desenvolvimento do trabalho como um todo (CURITIBA, 2019, p. 47).

E esse documento relata que é preciso investir na formação desses profissionais, em relação ao seu conhecimento e expansão a área educacional. Com uma formação de qualidade isso pode refletir com mais seriedade sobre as práticas que cercam o cotidiano das instituições de Educação Infantil.

O pedagogo como se destaca (2019 a) tem a função de mediar e prestar apoio ao corpo docente e suas tomadas de decisões, principalmente no que se refere as questões de planejamento, em meio as propostas e ações pedagógicas, favorecendo as relações interpessoais. Esse profissional tem o compromisso de promover uma formação de qualidade para toda a equipe da instituição.

Em meio a tantas demandas formativas que surgem na instituição educativa, é necessário fazer escolhas e tomar decisões sobre o que abordar no Projeto de Formação. É importante ainda valorizar, neste documento, os conhecimentos prévios dos professores, tendo-os como ponto de partida para outras aprendizagens, de forma que possam reelaborar seus conhecimentos a partir de teorias e da reflexão sobre a sua prática (CURITIBA, 2019, p. 49).

O pedagogo (2019a) deve estar atento e disponível para sua equipe, enfatizando em todas as abordagens e encaminhamentos pedagógicos relevantes à cultura infantil. É preciso estabelecer uma dinâmica de escuta, valorizar os apontamentos que professores e toda a equipe da instituição de ensino trazem construindo uma educação conjunta e significativa.

O pedagogo é corresponsável pela aprendizagem e pelo desenvolvimento das crianças. É o coordenador de todo o processo de formação da equipe. Por isso, é necessário, além do acompanhamento das permanências, estar junto com os professores nas salas de referência e espaços externos, pois, nesses momentos, a ação educativa se concretiza. Esse acompanhamento envolve-o nas relações estabelecidas no interior da escola, faz com que perceba o modo como as crianças aprendem e se desenvolvem, como o professor interage com elas (se acolhe ou não) e se conhece seus interesses,

etc. Assim, o pedagogo pode colher dados e identificar assuntos para reflexão e estudo necessários a cada profissional (CURITIBA,2019, p. 50-51).

O documento (2019 a) ainda reflete que o pedagogo é um profissional que está em constante construção e aperfeiçoamento em relação ao trabalho e suas concepções do projeto-pedagógico. E decorrente a isso o diretor deve reconhecer o trabalho do pedagogo proporcionando qualidade e condições para o estreitamento da prática pedagógica.

Dessa forma, cabe refletir: de fato qual é o papel do pedagogo quando falamos em “acompanhar a permanência”? Esse “acompanhamento” envolve: “estar junto com o professor”; rever o que foi vivido com as crianças, contribuir nas escolhas do planejamento, refletir sobre os registros e avaliar, em parceria com a equipe diretiva, as necessidades de continuidade das ações pedagógicas. De nada adianta cobrar o planejamento e apenas visitá-lo como tarefa cumprida. É necessário, sim, refletir, argumentar, questionar e, mais que isso, buscar junto com os profissionais novos caminhos que qualifiquem a prática docente (CURITIBA, 2019, p. 51).

Em relação a documentação o pedagogo também possui um papel importante de articulador e mediador.

[...] inquietando e mobilizando os professores em relação às aprendizagens dos bebês e das crianças; acompanhando e problematizando os percursos da docência na qualificação de suas práticas educativas; discutindo e propondo materiais para estudos; participando das investigações; buscando soluções às questões problematizadas pela equipe docente; documentando os processos com registros cotidianos, em um ciclo que engloba as investigações dos bebês e das crianças, os planejamentos e as manifestações dos professores; retomando as ações formativas individuais e coletivas (CURITIBA,2020 b, p. 110).

O pedagogo tem um importante papel no desenvolvimento e construção do plano de aula do professor conforme cita os documentos de Florianópolis (2010):

Pensarmos um planejamento que contemple atividades intencionais, em momentos de ações, ora estruturada, ora espontâneas e livres, demanda da supervisão um olhar atento sobre as crianças e seus lugares, assim como o papel e o lugar dos profissionais nestes diferentes momentos, constituindo-se num desafio para quem coordena a ação do planejamento dos tempos, dos espaços, dos materiais e dos projetos. Os supervisores na educação infantil da rede municipal estão, também, num processo de definição do seu papel e delineando as especificidades da área de atuação, de forma a demarcar a função de articulador da ação educacional pedagógica. (FLORIANÓPOLIS.2010, p. 100).

O documento (2010) revela que é preciso planejamento do pedagogo para fomentar as práticas desenvolvidas no âmbito escolar e com isso é necessário: objetivar as crianças em todo o processo de ensino, agir em parceria e dinâmica com

a direção, mobilizar no grupo a postura de professores-pesquisadores, acompanhar toda a dinâmica do cotidiano, propor espaços de formação continuada e socializar seus planejamento e objetivos, integrando toda a equipe a sua prática.

Florianópolis (2015) relata a necessidade de criar práticas inovadoras, reinventando e significando a prática educativa, proporcionando espaço de fala para todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, essas práticas devem nortear a gestão escolar.

Em relação a disseminação da COVID-19, Florianópolis (2020) aponta que o pedagogo juntamente com a direção devem articular e fornecer formação descentralizada na modalidade EaD, oportunizando as práticas de planejamento. As formações sempre aconteceram no município como forma de integrar e qualificar a prática educativa, porém, nesse momento o trabalho está sendo adaptado a nossa nova realidade. E decorrente a isso o documento destaca (2020), cabe ao pedagogo planejar e ampliar as práticas de diálogos, envolvendo toda a equipe.

O pedagogo tem um importante papel no processo de construção planejamento do professor. Ambas as cidades destacam as atribuições de pedagogo em orientar e supervisionar as práticas metodológicas, e com isso de propor formação para ampliar o conhecimento de sua equipe. Com base na análise destes documentos o pedagogo fornece e auxilia no percurso na elaboração e das práticas educativas.

4.8 ABORDAGEM REGGIO EMILIA

Em sua composição curricular o município de Curitiba, em sua proposta educacional traz alguns aspectos relevantes a abordagem de Reggio Emilia.

Nos documentos (2020a) as propostas metodológicas visam a participação efetiva das crianças, desde o processo de elaboração do planejamento.

A construção de propostas pedagógicas fortalecidas pelas relações e pela dialogicidade, entendendo bebês e crianças como sujeitos históricos e de direitos, nos conduziram ao desenvolvimento de ações cotidianas marcadas pela intencionalidade educativa sensível para a observação, o planejamento, as problematizações, os debates, as avaliações e, principalmente, os modos de participação e de estar e escutar bebês e crianças (p. 107).

E decorrente a essa abordagem se enfatiza a necessidade de um olhar e uma escuta sensível perante as crianças em processo de ensino-aprendizagem. Essa escuta e o olhar gera um ambiente harmônico e democrático um encontro de ideias e reflexões.

O documento (2020 a), cita Malaguzzi (um dos pioneiros nessa abordagem).

O reconhecimento das potencialidades dos bebês e das crianças exige reflexão sobre nossa intencionalidade, para delinear estratégias que revelam o quanto “são capazes” e que instigam sua expressão por mais de “cem linguagens”. Compreender as linguagens infantis e suas expressões implica em estar com os bebês e as crianças, escutando e investigando a forma como interpretam e atuam no mundo, pois “as coisas relativas às crianças e para as crianças somente são aprendidas através das próprias crianças” (MALAGUZZI, 1999, grifo do autor).

A documentação pedagógica e os registros tanto citados nos documentos e debatidos nos programas de formação continuada, também são frutos dessa abordagem, que visa uma criança livre, que vive e experimenta e se apropria de seus conhecimentos.

Em um documento (2018) o mesmo articulado para a semana de estudos pedagógicos cita que para os profissionais da Educação Infantil expandirem seus conhecimentos acerca da documentação pedagógica, poderiam ler o livro “Diálogo com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender “, de Carla Rinaldi.

Em relação a criação de projetos pautados nessa proposta:

Os bebês e as crianças bem pequenos também fazem pesquisas e investigações? Sem dúvida! Reconhecemos que eles são pesquisadores natos, conforme observamos em diversas pesquisas e no cotidiano dos berçários e turmas de maternal. Eles exploram o tempo todo este mundo buscando conhecê-lo, procuram entender o seu corpo, o que faz parte dele e o que não faz, para que serve cada objeto ou brinquedo que têm alcance, se encantam com as descobertas, exploram, produzem saberes. Também têm curiosidades e interesses que precisam ser levados em conta pelos professores (CURITIBA, 2019 b, p. 40).

A abordagem de projetos compostos na prática de Reggio Emilia, se completam com as experiências adquiridas pelas crianças, que potencializam a construção de novos conhecimentos. E nesse sentido, essa abordagem torna a criança como um ser potente, o documento cita Malaguzzi (1999):

Como aponta Malaguzzi (1999), é essencial ter uma imagem de criança pequena e de bebê como alguém intelectual, emocional, social e moral, com potencialidades que são guiadas e cuidadosamente ampliadas e, portanto, considerar que explora seu ambiente a partir das cem linguagens³, mas, ao mesmo tempo, saber que sua intenção de se comunicar por essas tantas linguagens se dá em função de outra que possibilita à criança constituir-se e construir suas experiências (CURITIBA, 2020 a, p. 13).

A cidade de Florianópolis em relação ao seu processo de ensino, traz elementos referentes a abordagem Reggio Emilia. O documento de (2012 d) revela que faz parte da ação metodológica a exploração, descoberta, e na experimentação de diversos materiais que agem como facilitadores do processo de aquisição de novos conhecimentos e aprendizagens.

O município (2012 d) aponta que o processo de ensino se estreita através de uma pedagogia da relação, em que a criança tem reconhecimento, e privilégio de experimentar contextos voltados para o universo das culturas infantis.

A documentação pedagógica apresentada nos documentos (2012 d), também faz parte da prática pedagógica municipal, em que através da observação e da reflexão estes auxiliam no processo de composição do planejamento. O ato de documentar e apresentar para as crianças e famílias o resultado das produções valoriza as crianças em seus processos produtivos de aprendizagem. Em relação ao compartilhamento dos registros com as crianças:

Essa é uma prática fundamental para construirmos um planejamento com a participação das crianças. Proporcionar-lhes o acesso ao material registrado, evidencia para elas a importância de suas experiências cotidianas e pode contribuir significativamente para que relembrem e se expressem sobre as mesmas (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 16).

O documento (2012 d) também pontua o compartilhamento dos registros e produções com as famílias, proporcionando que acompanhem o desenvolvimento das crianças.

Ambas as cidades analisadas possuem a relação de suas práticas voltadas a abordagem Reggio Emilia, incorporando as práticas de Documentação. Tanto Curitiba como Florianópolis revelam a importância das crianças em participar integralmente de seu processo de ensino, valorizando-a e oferecendo elementos para a expansão de suas experiências e vivências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no desenvolvimento desse trabalho, as cidades de Curitiba e Florianópolis tem o planejamento como eixo essencial para a articulação de suas práticas pedagógicas, ambas as cidades fornecem formações continuadas para estreitar e ressignificar as práticas desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil. A Documentação Pedagógica e a prática dos registros fazem parte do ato de planejar de ambos os municípios, viabilizando os interesses e apontamentos apresentados pelas crianças, tornando-as ativas em todo o processo de ensino-aprendizagem.

Curitiba possui mais documentos publicados, inclusive alguns articulados entre os anos de 2019 e 2020, fornecendo dados que enfatizam a realidade e amplitude das propostas que estão sendo aplicadas. Já em Florianópolis as publicações não são muito recentes.

Em relação ao andamento da pesquisa, no terceiro capítulo foi decidido criar critérios (palavras chaves), para nortear as análises, porém tais temáticas não foram aprofundadas seguindo os objetivos propostos.

Entende-se que o ato de planejar é amplo, pois envolve diferentes esferas e com isso todos os aspectos que compõem uma rotina escolar precisam ser planejados.

Termino este trabalho com a seguinte frase de Madalena Freire: “O planejamento é um processo ininterrupto, processual, organizador da conquista prazerosa dos nossos desejos onde o esforço, a perseverança, a disciplina são armas de luta cotidiana para a mudança pedagógica”.

6 DOCUMENTOS ANALISADOS

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. Organização do Trabalho Pedagógico: orientações para estudo e planejamento. Curitiba, 2015. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2016/3/pdf/00098701.pdf> (acesso em 09/03/2020).

_____. Secretaria Municipal da Educação. Tempos e espaços de Aprendizagem. Curitiba, 2016 a.

_____. Secretaria Municipal da Educação. Processo de Transição das Crianças da Educação Infantil. 2016 b.

_____. Secretaria Municipal da Educação. Orientações para estudo e Planejamento. Curitiba, 2017 a.

_____. Secretaria Municipal da Educação. Sinais de Alerta: A Educação e o Cuidado Permanente das Crianças. Curitiba, 2017 b.

_____. Secretaria Municipal da Educação. A Avaliação na Educação Infantil. Curitiba, 2018.

_____. Secretaria Municipal da Educação. Reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular. Curitiba, 2019 a.

_____. Secretaria Municipal da Educação. Escuta e Olhares às Linguagens dos Bebês e das Crianças. Curitiba, 2019 b.

_____. Secretaria Municipal da Educação. Currículo da Educação Infantil: Diálogos com a BNCC. Curitiba, 2020 a.

_____. Secretaria Municipal da Educação. O diálogo entre a BNCC e o Currículo da RME para uma Cidade Educadora. Curitiba, 2020 b.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal da Educação. Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Volume III. Florianópolis, 2015.

_____. Secretaria Municipal da Educação. Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Parte I: Diretrizes. Florianópolis, 2012 a.

_____. Secretaria Municipal da Educação. Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Parte II: A brincadeira. Florianópolis, 2012 b.

_____. Secretaria Municipal da Educação. Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Parte III: Núcleos da Ação Pedagógica. Florianópolis, 2012 c.

_____. Secretaria Municipal da Educação. Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Parte IV: Estratégias da Ação Pedagógica. Florianópolis, 2012 d.

_____. Secretaria Municipal da Educação. Orientações sobre o sono na Educação Infantil. Florianópolis. 2011.

_____. Secretaria Municipal da Educação. Orientações para o Processo de Inserção das Crianças na Educação Infantil. Florianópolis. 2019.

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=legislacao++leis++orientacoes+++dei&menu=9&submenuid=254>>. Acesso em :10/04/2020.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa. Educação Infantil: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: UNESP, 2010.193 p.

ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ASSIS, R.M; BARROS, M.O.;CARDOSO,N.S. Planejamento de ensino: algumas sistematizações. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jatáí, Góias, vol.I –n.4. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. 1998

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2010.

BRASIL. LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei:9.394/96. Apresentação Esther Grossi 3ºed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para educação infantil. Brasília, DF: MEC, 1998.

CERQUEIRA, Alan Costa. Assistência pobreza e a institucionalização infantil: usos estratégicos da roda dos expostos da santa casa da misericórdia (Salvador, século XIX). História e cultura: Franca. V6, n. 2, p. 81-100. 2017.

MENDES, Sara de Lima. Tecendo a história das instituições do Brasil infantil. Revista eletrônica: Saberes, Natal. v1, n. 11. 2015.

FULY, V.M.S.; VEIGA, G. S. P. Educação Infantil: Da visão assistencialista á educacional. Interfaces da Educ., Paranaíba, v.2, n.6, p.86-94, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. 4ª edição. Campinas, SP. Editora Autores Associados.

GONTIJO, F. L. Documentação pedagógica como instrumento de reflexão e produção docente na educação infantil. Paidéia r. do cur. de ped. da Fac. de Ci. Hum., Soc. e da Saú., Univ. Fumec. Belo Horizonte, Ano 8, n. 10, p. 119 - 134, jan/jun. 2011.

HARACEMIW, S. M. C.; SANTANA, E. Z. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor pde. Curitiba. 2013.

KRAMER, SONIA. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In: infância- educação infantil: reflexões para o início do século, 2000, rio de janeiro. infância-educação infantil reflexões para o início do século. Rio de Janeiro: Ravil, 2000. p. 34-53.

JESUS, D.A.D; GERMANO, J. Importância do planejamento e da rotina na educação infantil. Setembro/2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

LIMA, M.F.; ZANLORENZI, C. P; PINHEIRO, L.R. A função do currículo no contexto escolar. 1º. Ed. CURITIBA: ibpex, 2012. 221p.

LOCH. Jussara Margareth de Paula. Planejamento e avaliação em eja. Porto Alegre: Editora Mediação Distribuidora e Livraria Ltda. 2009.

MACEDO, A. C. ; XAVIER, F. H. C; IMBRONITO, M. I. Espaço da Educação Infantil: A abordagem pedagógica de Reggio Emilia em contexto paulista. Revista Projetar, v. 4, n. 2, p. 61-75, 2019.

MARAFON, D.; MENEZES, A. C. A abordagem de Reggio Emilia para aprendizagem na educação infantil. Educere, XII Congresso Nacional de Educação. Disponível em:

https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26611_13639.pdf. Acesso em: 21 jun 2020.

MARQUES, A. C. T. L.; ALMEIDA, M. I. A. A documentação pedagógica na Educação Infantil: traçando caminhos, construindo possibilidades. Revista Educação Pública Cuiabá, v. 20, n.44, p.413 - 428, set. / dez. 2011.

MEDEIROS, C.G.; RODRIGUES, H.C. Educação infantil e o ranço do assistencialismo (childhood education and the rancid welfarism).2017

MENDES, Sara de Lima. Tecendo a história das instituições do Brasil infantil. Saberes, Natal, RN, v.1, n.11 fev.2015, p. 94-100.

MANTOVANI, S.; PERANI, R. Uma profissão a ser inventada: o educador da primeira infância . Pro-Posições, Campinas, v.10, n. 1 (28), p. 75-98, mar.1999.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos. 7º edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.1997.

OLIVEIRA, Zilda Moraes Ramos. Educação Infantil muitos olhares. Cortez: São Paulo.2010.

OSTETTO, Luciane Esmeralda. A prática do registro na Educação Infantil: narrativa, memória, autoria. Revista @mbienteeducação. São Paulo, vol.9- nº2. 2015.

OSTETTO, Luciane Esmeralda. Observação, registro, documentação: nomear e significar as experiências. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.) Educação Infantil: Saberes e fazeres da formação de professores. Campinas, SP: Papirus, 2008,p. 13-32.

OSTETTO, Luciane Esmeralda. Planejamento na Educação Infantil... Mais que a atividade. A criança em foco. In: OSTETTO, Luciane Esmeralda (org.) Encontros e encantamentos na educação infantil. Campinas, SP: Papirus, 2000, p. 175-200.

PEREZ, José Roberto Rus. PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil .Cadernos de Pesquisa, v40, n I , p.649- 673. 2010.

PINAZZA, M. A; FOCHI, P. S. Documentação Pedagógica: observar, registrar e (re)criar significados. Revista Linhas. Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 184-199, maio/ago. 2018.

PRADO, C. A; MIGUEL, M. A proposta pedagógica de loris malaguzzi: registros no cotidiano da educação infantil. In: Congresso educare, PR: Curitiba, 2013, p. 23941-23953.

RIBEIRO, Bruna. Avaliação da aprendizagem na educação infantil: um estudo exploratório em 125 municípios brasileiros. Revista Linhas. Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 218-245, maio/ago. 2018.

RINALDI, Carla. Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender. In: NOGARO, Arnaldo, Perspectiva, Erechim, v. 37, n. 140, dezembro 2013.

SÁ, A. L. Um olhar sobre a abordagem educacional de Reggio Emilia. Paidéia r. do cur. de ped. da Fac. de Ci. Hum., Soc. e da Saú., Univ. Fumec. Belo Horizonte, Ano 7, n. 8, p. 55-80, jan./jun. 2010.

SAISI, Neide Barbosa. Educação Infantil e família: uma parceria necessária. Revista Educação : teoria e prática, Rio Claro, SP, v.20, n.34, jan-jun 2010, p. 65-85.

SILVA, A. P. O embate entre a pedagogia tradicional e a educação nova: políticas e práticas educacionais na escola primária catarinense (1911-1945). IX ANPED SUL - Seminário de pesquisa em educação da região sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1259/13>. Acesso em: 27 jun 2020.